

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Institucionalização da pesquisa em educação no Brasil			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Alexandre Augusto e Souza	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Graduando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O tema deste trabalho refere-se à investigação que trata do processo de institucionalização da pesquisa em educação no Brasil. Ao tratar de um processo, a pesquisa busca apresentar, a partir das contribuições de Florestan Fernandes (1966, 1974, 1981, 2011), as condições presentes ao final do século XIX e início do século XX, que proporcionaram, segundo ao autor, transformações significativas na sociedade brasileira. Segundo Florestan, transformações que viabilizaram a institucionalização da pesquisa, inclusive a pesquisa na educação, que tem como marco a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ao final dos anos trinta. Configura-se uma pesquisa bibliográfica, que trata da análise da sociedade brasileira ao final do século XIX e início do século XX, especificamente a análise das condições que possibilitaram a institucionalização do fazer investigativo em educação no âmbito do Estado Nacional brasileiro. Destaca-se inicialmente, segundo Florestan Fernandes (2011), a desarticulação do trabalho servil e do poder político e econômico dos <i>Senhores Rurais</i>. Para Florestan Fernandes (1974, 1981, 2011) as transformações de ordem econômica e política constituíram as condições originais e impulsionadoras necessárias que viabilizaram a formação de instituições no Estado brasileiro direcionadas ao fazer investigativo em educação.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Educação, pesquisa, institucionalização			
ABSTRACT			
<p>The theme of this work refers to research that deals with the process of institutionalization of research in education in Brazil. When dealing with a process, the research seeks to present, from the contributions of Florestan Fernandes (1966, 1974, 1981, 2011), the present conditions the late nineteenth and early twentieth century, which provided, according to the author, transformations significant in Brazilian society. According Florestan, transformations that enabled the institutionalization of research, including research in education, which is marked by the creation of the National Institute for Pedagogical Studies at the end of the thirties. Set up a literature which intends to analyze of Brazilian society at the end of the nineteenth and early twentieth century, specifically the analysis of the conditions that made possible the institutionalization of doing investigative education within the Brazilian National State. Stands out initially, according Florestan Fernandes (2011), the disarticulation of menial labor and the political and economic power of the Lords Rural. To Florestan Fernandes (1974, 1981, 2011) the changes in the economic and political conditions were the originals and driving necessary that enabled the formation of institutions in the Brazilian state directed to do investigativeeducation.</p>			
KEYWORDS			
Education, research, institutionalized			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, Marxismo e o Estado			

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho, é apresentar, a partir da identificação de relevantes transformações econômicas, políticas e sociais, ocorridas na sociedade brasileira da época, o processo de institucionalização no país. Processo que repercutiu diretamente, na formação institucional para a pesquisa em educação no Brasil. As instituições nacionais constituídas à época, compuseram em parâmetros de constituição e de orientação funcional, resultantes das transformações ocorridas no período acima identificado. Estas, em decorrência da implantação das bases capitalistas no país. Interessa neste trabalho, os aspectos que constituirão o padrão e a dinâmica das instituições em formação na sociedade brasileira, e sua repercussão na constituição institucional para a pesquisa em educação no Brasil.

O trabalho refere-se a sociedade brasileira e mais especificamente as transformações ocorridas nesta sociedade ao longo de sete décadas, iniciando ao final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Neste período, segundo Florestan Fernandes (1974, 1981, 2011) ocorre a transição para uma nova ordem social, mais especificamente, de uma ordem colonialista para a capitalista. Para Fernandes, é nesse período que se implantam as bases do capitalismo no Brasil, caracterizado pelas alterações na forma de produzir, por sua expansão e diversificação produtiva.

A questão institucional é compreendida neste trabalho, como parte de uma discussão mais ampla, que não comporta as instituições em si mesmas, mas alcança e interage simultaneamente com aspectos econômicos, políticos e sociais presentes na sociedade em análise. Compreende-se a institucionalização diretamente vinculada ao desenvolvimento e complexificação das relações sociais. Processo que é resultado da formação de condições econômicas, políticas e sociais, que, amadurecidas, resultam em transformações estruturais da sociedade em questão. Neste trabalho, entende-se que um processo de institucionalização, possui origem e impulsionamento econômico, sua condução é política, mas sua realização é sempre através do social. No aspecto econômico, o processo de institucionalização está vinculado à produção material e as mudanças na forma de produção, no aspecto político com a formação e a expansão de serviços do Estado e no social, à ajustamentos de grandes quantitativos populacionais à novos *habitus* cotidianos.

Esta pesquisa promove a importância de retomar a investigação das origens institucionais da pesquisa em educação no Brasil. A esta importância, de acordo com o tema proposto e trabalhado, compreende uma reflexão sobre a composição da “personalidade” das instituições brasileiras, geradoras de um padrão de funcionamento e de eficácia na sociedade em questão. A problemática está em identificar as características formativas e dinamizadoras na condução de uma sociedade em

transformação e de que forma estes aspectos se tornarão gênese para a composição institucional do país e para a pesquisa em educação.

A interlocução teórica neste trabalho privilegia a produção do sociólogo e professor Florestan Fernandes, em suas análises sobre as transformações ocorridas na sociedade brasileira, em um período de integração do país ao sistema de produção capitalista. Além do professor Fernandes, este trabalho recorre as análises da socióloga e professora Miriam Limoeiro Cardoso, enquanto estudiosa da obra de Florestan Fernandes e sobre as relações sociais capitalistas. Sociedade marcada por um processo de integração particularizado, de absorção de um novo modo produtivo material e de reorganização política e social.

### *Questões teóricas preliminares.*

Miriam Cardoso (1977) compreende que o nível adequado para a produção do conhecimento, não é através da sociedade como aparece aos sentidos. É necessário, segundo a autora, “um nível de abstração adequado”. De acordo com Cardoso (1977), o que se analisa primordialmente em um processo, é a expansão de um sistema, que é dominante, neste caso, o sistema capitalista, cuja produção busca resolver o problema da expansão desse sistema, por meio do controle político-institucional.

Para Cardoso (1977), no texto “A periodização e a ciência da história: observações preliminares”, a autora compreende que uma realidade social é determinada. Os fatos sociais, são como são, por alguma razão. Em sua origem, há uma causa, que o dinamiza e que direciona a formação das relações sociais, que determina essas relações, sendo, assim, relações determinadas. Estas, só podem ser compreendidas, a partir da apreensão de suas determinações. Sem as determinações de uma sociedade, os fatos são explicados como sendo a realidade, sendo, apenas, descrições, algo caótico.

[...] a realidade social é uma realidade determinada: os fatos sociais são como são por alguma razão. Há relações específicas que os engendram, eles respondem a uma certa causalidade. Neste sentido, são determinados e, assim, sua explicação só pode ser conseguida quando se apreende sua determinação. Se a realidade não tem determinações, o mundo é um mundo de fenômenos, completos em si mesmos, que quando muito se articulam uns com os outros. Nesse caso, o estudo não pode chegar propriamente a explicações, mas somente a descrições que precisem cada fenômeno, na sua inteireza e nas relações (de superfície) que mantém uns com os outros.” (CARDOSO, 1977:14)

Uma sociedade só se constitui e se desenvolve através e em torno da produção material em coletividade. O ato fundamental de constituição dos indivíduos e de toda a sociedade é a capacidade de produzirem seus meios de existência e de modificarem sua forma de produzir ao longo do curso

da história. Cardoso (1990) afirma que os homens produzem seus meios de vida e estão produzindo, ao mesmo tempo, uma forma coletiva de viver, ou seja, dão um ritmo determinado às suas práticas. Ao produzirem seus modos de vida, esta, não se determina especificamente pelo que a sociedade formada produzirá, mas da forma como produzirá seus meios materiais necessários à sobrevivência e a solução de problemas que afetam esta coletividade produtora.

Se o determinante na vida social é o econômico, na análise da atividade econômica fundamental está a análise fundamental da sociedade. Analisando a produção, ato básico da vida econômica, encontra-se desde sempre o homem envolvido por relações sociais e, mais ainda, definindo-se por meio destas relações sociais. (CARDOSO, 1990:5)

Miriam Cardoso (1978) entende que se o econômico é considerado a base de uma sociedade e base para sua análise, os demais aspectos que compõem uma sociedade são conformados sobre essa base, determinados por essa base, que em última instância, determina as múltiplas relações da vida social. Cardoso também afirma que as transformações em uma sociedade, ocorrem, substancialmente, através de rompimentos, que tem como origem as transformações econômicas cada vez mais complexas. Uma sociedade, de acordo com Cardoso, é definida na sua especificidade, pela sua forma específica de produzir, que se opõe a continuidade da história e a imutabilidade das relações.

Segundo Florestan Fernandes (1959,1960,1975), na produção social da vida, os homens entram em relações necessárias e independentes da sua vontade, que correspondem a uma fase de desenvolvimento desta sociedade. As relações entre as pessoas são constituídas em sociedade e estão acima de seus desejos e de controle dessas mesmas relações. Na origem dessas relações está a produção material e as condições materiais de existência de uma coletividade. Para Fernandes (1981) a análise de uma sociedade, não pode ter como ponto de origem o indivíduo e nem sua consciência, mas sim, as transformações do processo produtivo que esta sociedade sofre, assim como, as condições materiais de existência desta mesma sociedade. Os homens, segundo Fernandes (1966), agem de acordo com as condições objetivas presentes, contando, para seu ponto de partida, com essas condições objetivas. Seus resultados, dependem do ponto de partida pelo qual os homens socialmente atuam.

Para Fernandes (1959, 1981), nas relações sociais, as formas de produção anteriormente herdadas por cada geração, são decisivas para compreensão do desenvolvimento posterior da atual geração. Esta, busca intervir nas formas produtivas e existenciais do presente para criar novas formas produtivas na melhoria de suas condições de vida para o futuro. As condições existenciais em uma sociedade, são fundamentais para imprimir os ritmos de desenvolvimento da produção material, com fins de satisfação de suas necessidades sociais. A capacidade de intervenção dos

homens sobre as relações sociais, dependerá do nível de desenvolvimento de seus conhecimentos e de suas experiências, dos instrumentos à sua disposição e do domínio técnico. O nível de intervenção social resultará das experiências acumuladas, do conhecimento científico até então presente e de sua racionalidade aplicada. Quesitos indispensáveis para o aperfeiçoamento da tecnologia da produção e para a atividade inventiva. Aspectos fundamentais para o destino do processo produtivo e de toda a sociedade.

O conhecimento científico ampliou, segundo Fernandes (1959,1960), o entendimento do processo, na produção dos bens materiais, pois, a ciência, introduziu a capacidade de inovação, planejamento e projeção, que passaram a incorporar o processo produtivo industrial. A participação da ciência no processo produtivo, elevou a produção a um novo estágio de desenvolvimento. Inaugurou uma etapa mais complexa do processo produtivo, criando novas exigências aos homens, não apenas em conhecimento, mas em complexificar seu próprio pensamento, através de parâmetros racionais, ou seja, análise, sistematização e previsão. Reprimia-se ou se eliminava, com medidas corretivas, ao longo do processo racional, toda e qualquer possibilidade de efeito indesejável.

Fernandes afirma (1966) que foi necessário conformar grandes quantitativos populacionais às atividades produtivas **por meio educativo**, em que os movimentos corporais, os hábitos e mesmo as atitudes de pensamento perante a vida, foram sendo modificados. Deste modo, uniformizando e despersonalizando o homem, em relações sociais cada vez mais complexas. A remodelação da relações sociais das grandes massas é um longo processo que dura dezenas de anos. Deve-se levar em consideração, que as mudanças sociais, apesar de ter o econômico como origem, este, não completa e satisfaz totalmente a explicação das mudanças na sociedade.

[...] não é a sociedade [propriamente] que se transforma; são os homens que transformam a sociedade em que vivem, atuando de forma socialmente organizada sobre suas condições materiais e morais de existência coletiva. [...] não pretendem afirmar que a sociedade seja mera expressão do “querer humano” e das “atividades humanas conscientes” [...] são condicionados, em suas funções e em seus conteúdos, pelas situações sociais de existência. (FERNANDES, 1974:333).

Fernandes (1981) compreende o desenvolvimento das sociedades através de processos, onde, diversas causas e efeitos estão atuando, se relacionando e se modificando juntamente com seus efeitos. Neste processo, as técnicas sociais e as instituições, se tornarão elementos indispensáveis para o processo de implementação das *bases* do capitalismo no Brasil. Apesar do plano econômico exercer um aspecto fundamental para o sucesso desta transição entre ordens sociais distintas, é importante frisar que, para que o econômico tenha eficácia neste processo, deve-se considerar as transformações concomitantes em outros setores da vida, tanto no plano político por meio do Estado, quanto no plano social através da atuação das instituições.

### *A institucionalização como processo de complexificação da sociedade.*

Segundo Fernandes (1973,1981) a institucionalização das relações sociais, é reflexo da complexificação e expansão do processo produtivo material. A necessidade de obtenção de capital para expansão material e a elevação dos rendimentos dos produtores, estimulou, de forma coordenada, socializar diversas práticas e hábitos, alterando gradativamente a subjetividade de seus membros. Em países que herdaram do antigo regime, uma desigualdade na esfera social, adicionam-se as grandes tarefas institucionais, a elevação geral do nível cultural do povo (liquidação do analfabetismo, introdução da instrução generalizada, etc).

Fernandes (2011) entende que uma sociedade custa a perceber as transformações em curso. Na verdade, somente são percebidas, quando os fenômenos já se completaram em seu percurso e aí, a sociedade já não é mais a mesma. Compreende-se em Fernandes (2011), que esta dinâmica imperceptível está relacionada, em sua origem, a absorção do modelo produtivo da grande corporação capitalista e nas mudanças do processo produtivo. Esta será a “espinha dorsal” na adaptação do espaço econômico e institucional, aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo.

Para Fernandes (1973) a expansão das fronteiras do capitalismo é originalmente relacionada às mudanças de padrões produtivos ocorridas originalmente na Europa. Padrões relacionados ao desenvolvimento da produção material, a partir da expansão do comércio, da introdução de novas tecnologias e do desenvolvimento científico. Resultam desses fatores a necessidade de obtenção de novas matérias-primas condizentes com o processo de complexificação, expansão e diversificação da produção e de conquista de mercados consumidores para os novos produtos.

Florestan (1981:80) entende, que, de forma ideal, os meios institucionalizados, “[...] manifesta socialmente, desencadeando obrigações morais, aspirações políticas e controles coercitivos suscetíveis de restringir ou eliminar iniquidades econômicas, sociais, políticas ou culturais, residualmente prejudiciais ao equilíbrio e ao rendimento dos sistemas nacionais de poder.”

A fim de garantir a condução deste processo às novas fronteiras econômicas, são exportados, instituições, recursos humanos e técnicas adotadas e em funcionamento nos centros dinâmicos capitalistas, como meio de concentração e absorção de riquezas. Segundo Fernandes (1973:15) “[...] impulso original para a internalização de um mercado capitalista [...]” Este impulso foi direcionado para a constituição e desenvolvimento dos sistemas de comércio, de produção e mais tardiamente, para a educação e para a pesquisa. De acordo com Fernandes (1973), os mecanismos

institucionais serviriam também para organizar e dominar, desde a natalidade, a produção, o consumo e até mesmo a educação.

Este processo impulsionou a ampliação de serviços do Estado, promovendo uma série de processos institucionalizantes, destinados, inicialmente, a administração comercial com o exterior e com a produção interna do país. Desarticulando as práticas coloniais e transformando as relações sociais no Brasil. A expansão e centralização administrativa possibilitou a formação de uma entidade de caráter nacional que impulsionasse os negócios comerciais e produtivos em uma perspectiva geográfica mais ampla e mais integrada, a partir do contato com o comércio internacional de produtos primários para exportação.

[...] parece evidente que a primeira consequência verdadeiramente política da [...] criação de um Estado nacional independente foi a emergência gradual de uma nova dimensão nas relações econômicas. Estas passaram a refletir as posições a partir das quais os estamentos senhoriais iriam adaptar-se às transformações da ordem interna e das estruturas de poder externas.” (FERNANDES, 2011:91)

No Brasil, o desafio às elites nativas, era promover a expansão econômica e manter o ritmo dessa expansão, através das instituições administrativas e políticas, constituídas e imbuídas da capacidade de planejamento e controle das oportunidades comerciais e de integração econômica nacional. Período em que o poder político foi rapidamente reconstituído, em face de novas bases econômicas e de integração ao capitalismo. Neste período transitório, manteve-se a presença de velhas e novas estruturas institucionais.

As extensas propriedades rurais destinadas principalmente ao cultivo e exportação do café, se especializaram e diversificaram suas atividades. Essas mudanças tornaram-nas gradualmente uma imensa unidade produtora, que lembrava as unidades produtivas capitalistas. Possibilitaram um importante impulso ao desenvolvimento interno da economia, rumo a uma futura especialização e diversificação de produtos e serviços. O que motivou o fortalecimento do Estado, para prestação de serviços institucionalizados, relacionados aos investimentos em infraestrutura e para escoamento da produção.

A estas adaptações, Fernandes (2011) as atribui a formação de um novo dinamismo nacional, gerando processos novos de desenvolvimento que passariam a regular a integração dependente do país à uma ordem social competitiva. A dependência econômica em relação ao exterior foi gradualmente sendo administrada via Estado, através de um processo de integração, com vistas a uma extrema concentração de renda a favor das elites nativas, sem atacar o núcleo da dependência que passava pelas condições de existência da sociedade por via científica e tecnológica.

Florestan (1981), afirma que as estruturas institucionais coloniais, não desaparecem de imediato, mantendo-se, na fase de transição colonial para o capitalismo, um misto de práticas pertencentes a duas dimensões de compreensão e de intervenção da realidade social. Segundo Florestan Fernandes (1981:25), estava em “jogo” a implantação de uma civilização demasiado complexa, diferenciada e instável, para as “[...] condições ecológicas, materiais, sociais e morais, dadas na situação sociocultural existente”. Para o autor, não havia grupo social que possuísse meios para “saturar historicamente”, com fins de imprimir eficácia, as técnicas e as instituições importadas da Europa.

### ***O processo de institucionalização no Brasil.***

A sociedade brasileira foi constituída *do zero* de acordo com Fernandes (1974), a partir de uma nova ordem econômico e social capitalista, incorporada gradativamente a um novo dinamismo difuso e contraditório. O país tornava-se uma nova fronteira econômica para o sistema capitalista, e, nossas elites nativas, se associaram, como sócio menor, a essa nova ordem social, para usufruírem de um sistema econômico que pudesse manter seus privilégios econômicos e a dominação social interna.

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora, na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processo econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado “egoísmo de classe” se alimenta de puras incontingências econômicas e só se transfigura em *política* sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito. (FERNANDES, 1981: 89, Grifo do autor)

Mais do que a transferência de instituições, técnicas e valores imediatistas, o que se vislumbrava na sociedade brasileira, era uma mudança de ritmo e de direção de sua história. Um processo histórico particular, em que as instituições, técnicas e valores transplantados, sofreriam adaptações e alterações, pois, segundo Fernandes (1981:26) “[...] converteram-se em numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais.”

De acordo com Fernandes (1974) os problemas econômicos, políticos e administrativos surgentes, impuseram a importação de técnicas já exploradas, e com aparente sucesso nas sociedades europeias. À necessidade de importação dessas técnicas, não tinham, em um primeiro momento, a *evidência histórica* necessária a qual se impunha. Ocorria, de fato, a percepção de



mudanças cotidianas e que se formavam dois estilos de vida diferentes, um com características cosmopolitas advindas dos centros europeus e outra colonial centenária.

Fernandes (1974) afirma que as técnicas econômicas, políticas e sociais eram utilizadas, de forma reprodutiva, mas que, de fato, atuavam como recursos que funcionavam de modo “semelhante” aos padrões europeus das ordens sociais competitivas. Fernandes (1974) entende que a transição para uma nova ordem social, de padrão capitalista, iria demandar para o país, à época, dois desafios. O primeiro desafio seria a aplicação de conhecimentos científicos já sedimentados nas nações “avançadas” e o segundo, de universalização das garantias sociais. Estes desafios corresponderiam a um terceiro e mais exigente à ordem estamental colonial, sendo, a produção criadora científica.

De acordo com Fernandes (1974), o processo de transplantação dos modelos de organização institucional e de valores ideais, extraídos da experiência histórico-social dos povos mais adiantados da Europa, não conseguiu facilmente produzir efeitos homogêneos de reconstrução da civilização ocidental no Brasil. Um exemplo, foi a incapacidade de ajustamento de ritmos de mudanças das áreas mais desenvolvidas da sociedade brasileira ao ritmo externo de evolução da civilização ocidental. A esse desajustamento, Fernandes (1974) afirma que as descontinuidades e ritmos lentos, são devido às condições desfavoráveis, não secularizadas e pré-científicas na sociedade brasileira.

Na aplicação do ideal para o real, ocorria, de acordo com Fernandes (1981:109) “[...] uma perda provisória ou definitiva de controles sociais sobre as forças da natureza, da sociedade [...] previamente domesticadas na civilização transplantada”. Os modelos corretivos deste processo, provinham dos próprios modelos ideais para condução das formas reais de organização da sociedade. Buscavam-se modelos corretivos ideais mais complexos, preocupando-se mais com os vazios entre os modelos ideais e os modelos reais, do que em relação os ritmos e necessidades geradas por essa mesma transplantação e a realidade existente na sociedade dependente.

Fernandes (2011) considera que os modelos históricos adotados do exterior pelo país em seu processo de transição e de implementação das bases capitalistas, saturaram-se ao longo do período transitório. As transplantações e usos imediatos de instituições e técnicas econômicas e sociais tiveram reflexos imediatos, porém de pouco “fôlego” quanto a sua capacidade de dinamizar e transformar a sociedade brasileira. Para Fernandes (2011) o principal fator de saturação dos modelos até então internalizados, estava relacionado com a capacidade de formação, expansão e integração do mercado interno produtivo e de consumo do país.

De fato, é mais ou menos fácil importar e difundir técnicas, instituições e valores sociais novos. Porém, é consideravelmente difícil criar as condições materiais e morais que eles requerem, para produzirem o máximo de eficácia e de rendimento sociais. Esse fenômeno ocorreu com a difusão do capitalismo nos países da

América Latina, após as lutas armadas pela independência política e a conquista da emancipação nacional. As técnicas, instituições e valores sociais que permitiram uma profunda e revolucionária reorganização da sociedade, da economia, da cultura sofreram difusão rápida. O mesmo não sucedeu – nem podia suceder – com a possibilidade de convertê-los em fatores concretos de dinamização da ordem econômica, social e política. [...]. (FERNANDES, 1973:43)

A sociedade brasileira passava a contar com modelos institucionais originários de países com um “capitalismo avançado”. A absorção desses modelos já se dava de forma ultrapassada, distorcida e idealizada. Para o autor (1981), mesmo as transformações, que objetivavam a aproximação dos padrões estruturais e de conduta dos países capitalistas avançados, se faziam com um atraso marcante, atraso este, que tendia a aumentar. Para Fernandes (1981: 26), isso ocorre, em virtude “ [...] da distância científica e tecnológica, [...] da fase monopolista que o capitalismo [...]”.

### ***Institucionalização e transformações sociais no Brasil***

Fernandes (1981) acrescenta que na intervenção social, no intuito de provocar mudanças dirigidas, deve considerar os elementos inovadores e os predominantes nesta sociedade e a relação entre esses elementos. A penetração dos elementos inovadores em uma sociedade facilitam e aceleram o ritmo do processo de substituição e redução dos obstáculos e desajustamentos previsíveis e de eficácia e alcance das técnicas, de acordo com as condições de existência desta sociedade.

Para Fernandes (1981) o aspecto institucional de uma sociedade é parte importante para análise desta, pois, as instituições são constituídas, de acordo com as necessidades de racionalização de uma dada sociedade, no domínio tanto dos aspectos naturais, como dos aspectos sociais. As instituições são parte irradiante de novas técnicas e impulsionadoras do processo de massificação e homogeneização dos padrões de conduta da vida diária.

O Estado é reorganizado institucionalmente para se tornar impulsionador do desenvolvimento do país, racionalizando suas funções, através de técnicas importadas dos países capitalistas avançados. Esta estratégia tem como propósito, a participação no processo de internalização do capitalismo no Brasil, reorganizando, centralizando e expandindo o Estado, tanto em suas funções, quanto no aspecto geográfico de “ocupação” do território nacional. Assim, as elites nativas, resguardam seu domínio político interno, beneficiam-se economicamente em novas formas de acumulação e não perdiam de vista o desenrolar do *processo histórico*, mantendo-se fiel ao “espírito estamental colonial”.

Fernandes (1974) empreende a ideia em que as inovações econômicas, favorecem ao “cultivo” de uma crise política. Entende-se essa crise política como o rompimento ou pelo menos a

provação de abalos à uma certa estabilidade na condução das relações sociais, pela emergência de uso de hábitos e práticas condizentes aos novos processos de produção, comercialização e distribuição da riqueza. Para Fernandes (1974:109) “[...] impunha-se naturalmente a necessidade de educar as massas populares, egressas da antiga ordem escravocrata e senhorial sem nenhum preparo para que pudessem participar de uma ordem social [...]”

“O raio de previsão, a capacidade de relacionar meios e fins em seu desdobramento no tempo e segundo critérios objetivos de eficácia, o próprio poder criador da vontade ou do pensamento, são elementos que se organizam exteriormente ao sujeito e determinam o seu modo de ajustamento prático. (FERNANDES, 1981:85)

De acordo com Fernandes (1981), a racionalidade busca limitar essas imprevisões no desenrolar dos acontecimentos. Na situação de transplantação de modelos Europeus para o Brasil, as condições existentes e a idealização do processo de transplantação, contribuíram decisivamente para o desenrolar de acontecimentos pouco previsíveis ou de difícil controle social. Ocorreu a introdução de variantes que proporcionaram uma diferenciação contínua do padrão de civilização transplantado, cujos “desvios” deveriam ser corrigidos continuamente, para se obter o controle do progresso deste novo processo, que, gradativamente, estagnava os padrões de vida da sociedade colonial, e, que por outro lado, tornava raquítico a transplantação de modelos institucionais e dinâmicos Europeus.

O capitalismo, para Florestan (1981:67), necessita de contínuos ajustamentos de ordem técnica para controles que giram em torno da produção e do consumo internos. Diante de poucas formas de controle do processo econômico/produtivo, o controle político tornou-se fundamental para sobrevivência das elites nativas, pelo âmbito institucional, através dos processos de institucionalização previamente selecionados.

Pretende-se que a institucionalização garanta uma ordem social competitiva e um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar interesses econômicos divergentes, através de ajustamentos de acomodação e de conflito. A institucionalização no Brasil, mais que uma necessidade histórica, tornou-se uma necessidade de sobrevivência das antigas elites nativas. Uma institucionalização dos meios comerciais, produtivos, administrativos e jurídicos e posteriormente educacionais e de pesquisa.

Florestan afirma (1981) que para participar de uma ordem competitiva, fazia necessário a incorporação de grandes contingentes populacionais. Fato que não ocorria com a sociedade estamental brasileira. Grandes somas da população sempre estiveram à margem de todo processo de desenvolvimento nacional. De acordo com Fernandes, o período de *transição*, de transplantação das bases capitalistas, teria sua maturação ao longo da década de trinta do século XX, com a

mobilização de grande parte da população, participante dos processos institucionalizantes da vida social competitiva. Segundo o autor, esse fato seria um suporte consistente para aceleração, rumo a ordem social capitalista, substituindo fórmulas dominantes tradicionalistas por meio de novas técnicas democratizantes do poder.

Para Fernandes (1981) o uso de técnicas democratizantes de acesso institucional, possibilitariam constituir uma nova fase do processo de integração à ordem social competitiva capitalista, e assim, reduzir a distância do país em relação às nações capitalistas que detinham o processo internacional de expansão do sistema produtivo. Em um novo momento da vida nacional, cujo grande desafio a ser travado pelo país é sua fase de expansão e consolidação do capitalismo. Este terá seus contornos mais claros com a constituição do Estado Novo (1930), e terá a “bandeira” do desenvolvimento e da integração nacional como a grande estratégia política de aceleração para expansão do capitalismo.

Uma nova e ampliada configuração institucional se projeta no intuito de “captar, dirigir e aproveitar” os ânimos patrióticos do cidadão comum, ou como diz Florestan Fernandes, “os ânimos comuns” de uma sociedade em transformação. Ocorreu uma renovação das instituições nacionais, ainda dominadas por práticas seculares de caráter “patrimonialista, exclusivista e egoística”. Práticas, que, de acordo com Fernandes (1981), debilitava o próprio processo político de condução à uma ordem social competitiva no país e a existência de uma sociedade nacional.

Para alterar essa situação, impunha-se envolver as massas, institucionalmente, nos mecanismos de organização e funcionamento do poder político e, ao mesmo tempo, libertá-las da submissão aos interesses particularistas. Portanto, nesse nível a integração nacional surge como um processo que tende a universalizar certos ajustamentos políticos, de importância capital para a existência e a sobrevivência de uma [futura] comunidade nacional democrática. De um lado, ela incentiva e organiza a participação do cidadão comum em todas ou em quaisquer das fases do processo político. De outro, procura assegurar a normalidade deste mesmo processo, mediante formas abertas de institucionalização do poder político. (FERNANDES, 1981: 129)

Segundo Fernandes (1959), era consenso nas sociedades capitalistas avançadas, que a organização e sistematização das experiências era fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento de uma sociedade. Esta, seria uma herança que a sociedade brasileira haveria de se adequar, numa época em que havia pouca ou nenhuma preocupação em socialização das experiências. Buscava-se, mesmo que de forma incerta, novas percepções, explicações e manipulações, demandadas para novos problemas econômicos e sociais urgentes. Busca realizada através de requisitos intelectuais que compreendam as relações entre meios e fins, sobre as potencialidades das novas situações e exigências sociais, vinculadas a diferenciação do “sistema societário interno”.

Fernandes (1975) afirma que ao final do processo de transição, na implementação das bases do capitalismo no país, as elites nativas passam a se utilizar, através do Estado, no uso do mecanismo de investigação científica. A princípio, esse mecanismo tinha o objetivo de introduzir mudanças sociais, sem que essas mudanças alterassem o quadro geral de imobilidade social até então predominante no país. Um mecanismo novo, o da pesquisa científica, que proporcionasse a aceleração do desenvolvimento, assimilando, em princípio, os conhecimentos e as novidades de fora, reproduzindo-os em formas mais ou menos deformadoras em sua essência e aplicação. A este mecanismo, segundo o autor, cabia a irradiação do uso de técnicas, em princípio, no próprio seio do Estado, racionalizando as práticas administrativas, principalmente relacionadas ao comércio e aos investimentos em infraestrutura necessários à expansão da ordem competitiva burguesa.

Para Fernandes (1975) a constituição de instituições de pesquisa é um dado político diante de mudança da situação histórica vivida pelo país. Essas instituições deveriam, segundo o autor, antecipar-se ao destino histórico da sociedade nacional. Assimilariam, primeiramente, a atuação das forças histórico-sociais emergentes, experimentando seu significado político de negação a ordem existente. As instituições no processo de seu desenvolvimento, tornariam-se para Fernandes, em fator político dinâmico. Para Fernandes (1975) a ciência e a tecnologia tornaram-se fator de revolução material e moral da civilização moderna, alterando o padrão de integração e evolução das sociedades, principal contribuição criadora da época, acima da filosofia, da religião, da literatura e da arte. A ciência e a tecnologia lançam desafios às velhas estruturas da sociedade, exigindo a dissolução de suas formações proeminentes e o planejamento experimental como base para mudanças na sociedade, anulando o hiato entre a técnica e o atraso cultural desta mesma sociedade.

Fernandes (1966) entendia a necessidade, à época, de investigações sobre os problemas educacionais brasileiros e na formação de “trabalhadores intelectuais” para a pesquisa em vários domínios da cultura. Para o autor, a preparação de investigadores para a educação fazia-se para o uso de técnicas de investigação e na exploração do raciocínio positivo e criador. De acordo com Fernandes (1966) essa necessidade de “forças intelectuais novas” estava diretamente relacionada com um novo estágio de desenvolvimento econômico e social que se descortinava na sociedade brasileira, vinculada, de forma gradativa, à civilização baseada na tecnologia e no conhecimento científicos.

### ***Considerações Finais***

Novas formas de compreender o tempo e o espaço começaram a orientar a organização da vida privada e da vida comum, ainda que elas fossem muito mais lentas se comparadas às mudanças econômicas e políticas para o período. Fernandes (1981) afirma que os novos processos produtivos

demandaram um novo comportamento de vida social e a difusão de uma cultura condizente com as mudanças que a nova realidade social impôs aos trabalhadores. A complexificação dos processos produtivos implementados no país promoveu uma série de transformações, que demandaram pela assimilação de conhecimentos científicos, para impulsionar os diferentes setores da produção industrial “transplantados” dos países “capitalistas centrais” e de ajustamentos sociais, com destaque para a educação.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), marco institucional para a pesquisa em educação no Brasil, foi criado (1936) como parte de um processo mais amplo de mudanças na sociedade brasileira. Mudanças originadas nas transformações do processo produtivo material. Consequência da expansão produtiva e comercial iniciada na Europa ao longo do século XIX, graças ao desenvolvimento científico e tecnológico associado ao processo produtivo industrial em sua complexificação.

Fernandes (1981) analisa que novas formas institucionais fazem-se necessárias, a fim de que essas mesmas instituições sejam capazes de captar, dirigir e aproveitar “os ânimos comuns” de uma sociedade em seu tempo histórico. Fernandes (1981) afirma que, ao se amadurecer a ideia de que as instituições existentes estão atreladas diretamente às condições sociais, sobretudo econômicas, compreende-se que ocorrem, na sociedade, transformações com as quais as instituições existentes já não se harmonizam com nova organização social. Neste sentido, as instituições participam do processo de desenvolvimento e de transição para o capitalismo no Brasil.

## ***Referências bibliográficas***

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A periodização e a ciência da história: observações preliminares.** Rio de Janeiro: FGV, 1977. (mimeo)

\_\_\_\_\_. **Para uma leitura do método em Karl Marx: anotações sobre a “Introdução” de 1857.** Rio de Janeiro: *Cadernos do ICHF*, n.30, set.,1990.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento.** 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-ômega, 1975.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. **Mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil.** São Paulo: Editora Globo, 2011

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus Editora, 1966.

\_\_\_\_\_. **A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.32, n.75, p.28-78, jul./set., 1959.

\_\_\_\_\_. **O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.34, n.80, p.31-59, out./dez., 1960.